

**FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ORESTES REIS DE MENEZES JUNIOR

RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR

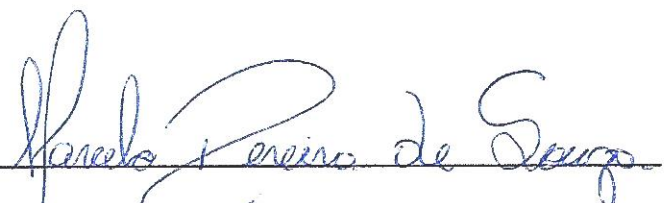
JOÃO PINHEIRO

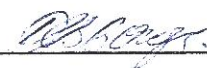
2016

ORESTES REIS DE MENEZES JUNIOR

RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 30 de Junho de 2016, pela comissão Organizadora constituída pelos professores:

Orientador: 
Prof. Esp. Marcelo Pereira de Souza
Faculdade Cidade de João Pinheiro

Examinador: 
Prof. Ma. Daniela Cristina Silva Borges
Faculdade Cidade de João Pinheiro

Examinador: _____
Prof. Dra. Maria Célia Veiga França
Faculdade Cidade de João Pinheiro

RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR

Orestes Reis de Menezes Júnior¹

Marcelo Pereira de Souza²

RESUMO

O presente artigo aborda os fatores que contribuíram com o crescimento do racismo contra os negros desde o período de escravidão no Brasil até os momentos atuais dentro da na escola. Objetiva de forma específica, entender a origem do racismo no Brasil, desde os tempos da colonização, e como isso afetou a sociedade brasileira hoje. Explicitar como o nosso sistema educacional passa por graves problemas que foram gerados na origem do país, e que afeta diretamente os alunos negros no processo ensino/ aprendizagem, além de afetar o psicológico de tal forma que qualquer fato ocorrido na escola já é motivo de se sentir rejeitado, pois vários educandos carregam dentro de si, um sentimento de inferioridade em relação às pessoas que estão a sua volta. Para atingir o objetivo proposto, foi consultado vários autores, a saber: Neves (2005), Silva (2001) e Cavalleiro (2001), que dissertaram sobre o tema. Com uma abordagem metodológica voltada à contextualização dos autores supra citados, foi possível concluir que os professores têm papel fundamental nesse feito, e o que falta são professores qualificados para lidar com o racismo em sala de aula. Na escola, se o professor não estiver bem preparado politicamente, socialmente e didaticamente para mostrar a cultura afrodescendente e indígena no Brasil, o educando continuará sofrendo com ações preconceituosas, que de uma forma ideológica, é transmitida como se fossem de ordem natural.

Palavras chaves: Cultura, Negros, Professor.

ABSTRACT

This article discusses the factors that contributed to the growth of racism against blacks from the period of slavery in Brazil until the present time within the school. Aims specifically, to understand the origin of racism in Brazil, from the time of colonization, and how it affected the Brazilian society today. Explain how our educational system undergoes serious problems that were generated in the home country, and that directly affects the black students in the teaching / learning process,

¹ Graduando em Ciências Biológicas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Orestes.junior2013@yahoo.com.br.

² Formado em História pela Faculdade do Noroeste de Minas - Finom; formado Filosofia pela Universidade de Brasília UnB; com pós graduação em Filosofia Política Unb; e História da Sociedade Brasileira e pós graduado em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade FCJP. marcelomineirojp@yahoo.com.br.

in addition to affecting the psychological such that any event that occurred in school longer and reason to feel rejected, because many students carry within themselves a sense of inferiority in relation to people who are around you. To achieve this purpose, it was consulted several authors, namely Neves (2005), Silva (2001) and Cavalleiro (2001), who lectured on the topic. With an approach focused on the context of the authors cited above, it was concluded that teachers play a fundamental role in this done, and what remains are qualified teachers to deal with racism in the classroom. At school, if the teacher is not well prepared politically, socially and didactically to show the Afro-descendant and indigenous culture in Brazil, the student will continue to suffer with prejudiced actions that an ideological way, is transmitted as if they were natural order.

Key words: Culture, Black, Teacher.

1- INTRODUÇÃO.

A escravidão no Brasil, deixou profundas marcas na sociedade brasileira, e esta, ainda se faz presente nos dias atuais. Assim, a educação brasileira não pode ser entendida sem levar em conta as relações entre os diversos grupos étnicos que formaram esta nação. E os professores têm como objetivo, por serem educadores, a tentar cada vez mais acabar com o racismo em sala de aula. Dessa forma é fundamental compreender a escola como uma importante instituição responsável pela sociabilidade dos seres humanos. Nela ocorre a possibilidade de construção das identidades, da formação de valores éticos e morais. A escola é fundamental, pois os professores com seu conhecimento sobre o tema possuem o dever de ajudar e orientar os alunos sobre o racismo. Essa orientação tem que começar de berço para quando chegar à escola, ao deparar com várias situações como estudar e fazer amizade com alunos de cor negra não haja racismo. (MOTTA, 2009).

Situações de discriminação ou preconceito racial entre os alunos são entendidas como ação natural do relacionamento humano, sendo tratadas como um problema sem importância. A generalização dos efeitos do preconceito e da discriminação racial contra os negros tende a nivelá-los com outros problemas, como, por exemplo, depressão e problemas em se relacionar. O pouco conhecimento que os profissionais da educação têm por um lado o racismo e suas consequências podem levá-los a distorcer e minimizar os problemas, em diversas situações, e em outras, a neutralizá-los, realçando a beleza de ser negro, demonstrando reprovação pelo fato de a criança negra reclamar por ser chamada de

negra (NEVES, 2005). É normal ser negro, como é normal ser branco, ou qualquer outra ascendência que se tenha. Com abordagem metodológica voltada para o estudo de diversos autores, a saber, Neves (2005), Silva (2001) e outros, portanto de cunho qualitativo, foi possível chegar ao objetivo esperado, que é de mostrar como ainda existe atos de racismo e preconceito no dia a dia escolar, e pesquisar fatos que ajudem cada vez mais, a combater esse mal que afeta várias escolas.

A escola o professor e a educação têm como uma de suas funções o fortalecimento do ensino para que não haja o racismo de aluno com aluno e professor com aluno. E é na escola onde eles convivem a maior parte do tempo, e com isso a escola se torna um ambiente de amizade e aprendizado. A escola tem o importante papel de melhorar o ensino quando o assunto é o racismo além de capacitar os professores para trabalhar o preconceito em sala de aula. Cabe ao professor ter em mente os valores da cultura negra para o mundo, seus costumes, culinárias, festas e mostrando para os alunos que cor não define caráter. Nas escolas existem poucos materiais para serem trabalhados e isso influencia no aumento dos casos de racismo nas escolas (CAVALLEIRO, 2001).

Estão claras as dificuldades para tratar do racismo e o preconceito racial em sala de aula. Entretanto, supõe-se que não exista alternativa melhor para se discutir o racismo do que em sala, principalmente com professores qualificados para lidar com o assunto. O racismo é algo prejudicial, não apenas para quem é vítima, mas também para quem é agente dele ou o reproduz. Na escola é onde aprenderá atitudes para viver bem e com pessoas da sua idade ou mais velhas o tempo todo. Como um passo decisivo rumo à promoção do respeito e da igualdade no ambiente escolar, a reflexão sobre a dinâmica das relações raciais vivenciadas nesse espaço não pode mais ser protelada, em especial por todos aqueles que se consideram ou ocupam o posto de educador (VALENTE, 2005).

2- A ESCRAVIDÃO: COMO TUDO COMEÇOU.

Com um grande valor comercial acredita-se que quase 10 milhões de africanos foram capturados, muitas vezes nas guerras e no laço, e arrastados à força para a América sendo que 40% eram trazidos para o atual território Brasileiro. Durante séculos, o comércio de escravos foi o mais rentável dos negócios

comandado pelos europeus, que estava sendo cobiçado por diversos reinos como Holanda, Portugal e Inglaterra. “No Brasil, os principais portos a receber esses negros foram Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Luiz (MARQUESE, 2005, p.110)”.

Segundo Menezes (2009) um fato que determinou muitas mortes durante o período do tráfico foi a distância que separava a África da América. Uma vez que capturados os africanos eram levados para os navios negreiros. Entre a África e o Rio de Janeiro, em meados do século XVII, a viagem era muito longa e levava em média dois meses, e variava de acordo com as rotas que os navios negreiros faziam. Os africanos eram transportados sem nenhuma higiene, muitos morriam no caminho por tentarem fugir, fome ou por doenças. Por meio do tráfico negreiro, iniciou a escravidão no Brasil. Também envolvia o transporte de negros da África para o Brasil forçados pelos Espanhóis.

Ao chegar ao Brasil a mão-de-obra escrava foi utilizada principalmente na agricultura. Inicialmente tinha a atividade açucareira como base da economia colonial, era desenvolvida no litoral nordestino na chamada Zona da Mata onde o clima favorecia de forma significativa a produção da cana de açúcar. Para o corte da cana era necessária mão-de-obra de muitos trabalhadores, dessa forma então foi que um alto número de escravos africanos foi utilizado. A mão de obra escrava era ainda utilizada nas produções de fumo, algodão e café. Em meados do século XVIII, muitos escravos foram utilizados na mineração, atividade que começava a ter grande importância na economia colonial, era utilizada na exploração de metais preciosos, principalmente o ouro na região de Minas Gerais (MOTTA, 2009).

Muitos africanos traficados para o Brasil eram usados para o trabalho escravo. Estavam sujeitos a fazer qualquer tipo de serviço, com isso os tráficos tiveram grande crescimento no período entre 1580 e 1640, devido ao grande movimento de comercialização da indústria de açúcar escravista. O crescimento da produção brasileira foi tão grande que superou todas as regiões abastecedoras dos mercados europeus, mas logo no início quando começaram a mão de obra estava sendo usados predominantemente os índios para montagem dos engenhos. A maioria dos índios ficava submetida à escravidão e alguns deles trabalhavam sob regime de assalariado. Os africanos que começaram a chegar ao Brasil, nos meados do século XVI, o seu trabalho era basicamente os engenhos brasileiros com atividades especializadas (MARQUESE, 2006).

Os africanos no XVI eram três vezes mais caros que os índios, devido a uma epidemia de sarampo e varíola, muitos índios morreram rapidamente, e tinham que ter índios suficientes para a reposição do trabalho nos engenhos. Na década seguinte 1630, a Coroa portuguesa deixaram os índios fora de cogitação, ao mesmo tempo os portugueses já estavam se preparando para o tráfico negreiro transatlântico. Os números são alarmantes da quantidade de africanos que desembarcaram nos portos brasileiros, entre 1576 a 1600 cerca de 40 mil africanos escravizados, e os números só foram aumentando em 1601 a 1625 o número de escravos africanos triplicou chegando a ter 150 mil escravos na América portuguesa, que na maioria deles era destinados a trabalhos em engenhos de açúcar e em canaviais (MOTTA, 2009).

Em virtude da guerra, contra um dos seus grandes inimigos, a Holanda, o fornecimento de escravos para o Brasil diminuiu de forma considerável, como afirma Marquese (2006, p. 112).

No curso das guerras contra os holandeses no Atlântico Sul, o abastecimento de escravos aos engenhos brasileiros diminuiu de forma sensível. Se, entre 1601 e 1625, haviam sido introduzidos cerca de 150 mil africanos escravizados na América portuguesa, no quarto de século seguinte esse volume se reduziu para apenas 50 mil. De todo modo, a invasão holandesa à Pernambuco e os conflitos que se seguiram contra os colonos luso-brasileiros abriram boas oportunidades de resistência aos escravos que haviam desembarcado em grande número no primeiro quarto do século XVII. (MARQUESE, 2006, p. 112).

Após a guerra, o grande problema dos colonos foi relacionado à esfera econômica, já que as Antilhas montaram um complexo açucareiro escravistas em 1650 e com isso houve grande impacto na economia açucareira da América portuguesa. Quem teve grandes benefícios foram os Ingleses, e os franceses no Caribe, porque eles derrubaram o preço do açúcar nos mercados europeus, fazendo assim o preço do mercado de escravos africanos subir. Apesar de tantas modificações tanto na política quanto na econômica não conseguiram impedir a sobrevivência do açúcar no Brasil. Mesmo com as concorrências e as taxas os senhores de engenho luso-brasileiros conseguiram manter a produção de açúcar em patamares estáveis (MARQUESE, 2006).

Segundo Menezes (2009) devido a crueldade que os escravos eram tratados, e as condições que eram obrigados a trabalhar, muitos fugiam das fazendas dos senhores para matas fechadas. O local onde eles ficavam escondidos foi denominado de quilombo que se tornou moradias, devido ao grande índice de escravos fugitivos, foi designada não só no período colonial e na denominação de Portugal, mas também já após a independência. O capitão-do-mato tinha a missão de ir atrás dos negros fugitivos e trazê-los de volta, que deveria ser aprisionados e em caso de resistência executá-los.

Em virtude da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, os ingleses forçaram os escravocratas brasileiros a abolir seus escravos. Esse processo de liberdade, não viria da noite para o dia, uma vez que as forças políticas e escravocratas, não estavam interessadas a perder sua força de trabalho. Menezes (2009, p. 85) diz que “em alguns países da América, a abolição da escravidão foi levada a um efeito em concomitância à luta por independência. Em outros, como Estados Unidos e Brasil, não.” Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos foram os últimos países acabarem com a escravidão, que só foi terminada por eles após a independência. O tráfico só teve fim em 1807, 31 anos após a independência. (MENEZES, 2009).

A primeira etapa para a conclusão do tráfico teve início quando a regência do Príncipe D. João depois da chegada da família real portuguesa no Brasil fugindo da invasão francesa. Depois de muitas leis o príncipe declara que todos os escravos vindos de fora do império estavam todos livres. Nesse ponto deveria ter acabado com o tráfico, mas não se concluiu, ele se estendeu por meados da década de 50. Foi constituído o fim do tráfico, mas ainda se encontrava notícias de contrabando. Travou-se um grande conflito nas décadas de 30 e 40 entre Brasil e Inglaterra, a ponto de bloquear o porto do Rio de Janeiro e o rompimento das relações entre os dois países (MENEZES, 2009).

Segundo Menezes (2009, p. 89) a segunda etapa foi muito criticada, pois “[...] a própria sociedade parece aceitar-se como escravista, vendo a escravidão como natural.” Era claro que ninguém debatia sobre o assunto, mas isso não significava que os negros aceitassem à escravidão. Com os escravos mais caros por causa do fim do tráfico muitos patrões tiveram interesse em melhorar os cuidados para com eles. Com a crise instalada sobre a mão de obra escrava para a agricultura em São Paulo, o jeito foi voltar ao trabalhador livre nacional, no entanto, se recusavam a

trabalhar compulsoriamente, sob pautas e normas que os escravos eram submetidos.

Depois de várias repercussões “[...] o próprio governo leva a debate a Lei de Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, que não só a declara livres os filhos de escrava que nascem daí em diante, como prevê e regulamenta outras formas de libertação (MENEZES, 2009, p.90)”. A ideia do ventre livre é uma forma de respeito a propriedade escrava, contudo a emancipação é uma forma que o estado tem controle não só da libertação dos escravos mas, a integração do mesmo na sociedade. O projeto deu certo mas quando colocado em prática teve uma grande oposição, tanto dentro como fora do parlamento, pois assim estaria extinguindo a ideia de hereditariedade do escravo. Existia racismo não só do parlamento, também da sociedade que enxergava o direito da propriedade negra um atentado (MENEZES, 2009).

De acordo com Menezes (2009) o movimento antiescravista sofreu um grande refluxo após 1871. Só após 1879, que o tema volta ao parlamento para ser discutido, e o motivo era a denúncia da lei de 1871 (Lei do Ventre Livre). A maior declaração feita foi que se eram cidadãos, todos deveriam ser livres, ou seja toda a população se conscientizou e através da sociedade, jornais, da agitação através da promoção de encontros e conferências públicas para manter vivo o debate sobre a abolição.

Segundo Oliveira (2011) logo após no ano de 1885 no dia 28 de setembro foi criada a lei dos Sexagenários, que garantia a liberdade dos escravos com mais de 65 anos de idade, apesar de estar livres não tinham muito que fazer, onde iam morar, não tinham família, então muitos ficavam e trabalhavam nas fazendas de costume. Mesmo possuindo pouca efetividade, porque libertava apenas escravos por sua idade, eram menos valorizados, pois já não trabalhava no mesmo ritmo. Mesmo assim a lei causou grande resistência por parte dos senhores de engenho e de seus representantes em assembleias nacionais.

Por fim depois da lei dos Sexagenários, chegou a libertação de todos os negros escravizados, no dia 13 de maio de 1888, foi proclamada a Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil. Esta lei foi assinada pela princesa Isabel e pelo ministro da agricultura da época. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura (CAVALLEIRO, 2005).

3- O RACISMO CONTRA OS NEGROS.

O Brasil possui a segunda maior população negra do mundo, perdendo apenas para a Nigéria. Conseguiu produzir uma grande desigualdade social ao longo de sua história entre os grupos étnico-raciais, branco e negro. Há pouco tempo o estado brasileiro não incorporava o fato de que o racismo e a discriminação racial seria um dos motivos dos negros terem um dos mais baixos índices de desenvolvimento, enquanto os brancos pelos mais elevados. Entretanto as resistências negras estão mantendo-se forte por meio do movimento negro, mantendo pressão e presenças constantes com denúncias sobre as condições de vida da população negra brasileira. (DOMINGUES, 2006).

É evidente que no combate à discriminação racial o Estado deve ter uma função de liderança, uma vez que possui recursos e poder para isso. Mas na relação entre o Estado e a população negra manifesta-se um paradoxo: por um lado, nas atuais campanhas eleitorais a problemática da discriminação racial é um pouco mais presente do que no passado, e por parte do Estado existe uma maior propensão ao uso de símbolos associados à cultura negra como parte da tentativa de garantir consenso, por outro lado, o Estado intervém menos, e pode realmente intervir menos no tecido social, porque existe um processo de descentralização do poder público e, ao mesmo tempo, de privatização de diferentes áreas de serviços que, até pouco tempo, eram de competência pública. (SANSONE, 1998, p. 12).

No ano de 1988 se comemorou no Brasil os cem anos da abolição da escravatura. Em comemoração a esta data elaborou e aprovou a nova Constituição para a República, na qual o racismo passou a ser considerado crime inafiançável. Trata-se, portanto, de um ano significativo para o movimento negro, sendo de esperar que houvesse, nesse ano, maior discussão em torno do racismo. A força do movimento negro tem ajudado muito as pessoas a largarem o racismo de lado, mas isso não é uma coisa da noite para dia que se resolve leva anos. Muitas revistas e jornais publicam frequentemente inúmeros casos de racismo no dia-dia brasileiro, sendo que essas situações refletem a natureza de inúmeras pessoas com dificuldade de aceitação dos negros no trabalho, escola e no cotidiano (NEVES, 2005).

De tal modo segundo Guimarães (1996) diz que parece lícito dizer que o discurso progressista no Brasil fundamenta-se sobre a cor negra, branca ou parda de uma ordem de desigualdades sustentada pela exclusão da maioria dos

brasileiros e dos direitos da cidadania. Só a partir da problemática que é referida como “*apartheid* social” ou cidadania virtual por políticos, ativistas sociais e jornalistas pode-se, na verdade, compreender por que práticas de discriminação contra os negros não estão passando despercebidas e podem ser legitimamente denunciadas como práticas racistas.

O racismo entre os brancos e os negros totaliza mais de quinhentos anos de discriminação racial, isso constituiu a cidadania respectiva de duas raças brancas e negras. Devido a esse quesito, basta reparar o nível de desigualdade e injustiça com os negros, que ocupa a triste realidade de discriminação praticamente em todos os níveis sociais, principalmente na educação e no trabalho, tudo devido ao racismo que os prejudica há muitos anos, enquanto os brancos só crescem no mercado de trabalho e não encontram tantas dificuldades como os negros enfrentam (SANTOS, 2007).

Outras medidas impõem, que uma determinada empresa acusada de discriminação por cor ou raça a empregar um certo número de negros membros da minoria discriminada ou a conceder promoção a um trabalhador negro, cuja carreira tinha sido injustamente cheia de obstáculos. Alguns programas de ação afirmativa, promovidos voluntariamente por instituições ou empresas privadas, têm sido desafiados legalmente, geralmente por homens brancos que se reputam injustamente excluídos, por exemplo, por não terem recebido bolsa de estudo destinada a alunos negros. Esses atos de racismo, além de receber espaço na mídia e contribuir para as opiniões, geralmente, ao longo das divisões tradicionais entre grupos étnicos, têm tido como resultado decisões importantes da Corte Suprema que, de qualquer modo, está redefinindo os critérios da ação afirmativa na Constituição (SALES, 2006).

Os jornais focam as mais diversas discriminações que afetam a população negra no seu respectivo local trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas dos jornais constituíram veículos de denúncia sobre regime racial que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados locais como cinemas, hotéis, escolas, e praças. Em muitas cidades, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2006).

O racismo, para Guimarães (1999, p. 105) é “[...] qualquer explicação ou justificativa para diferenças, preferências, privilégios e desigualdades entre seres humanos baseada na ideia de raça pode, em princípio, ser considerada racista”. As desigualdades sociais melhoraram, mas ainda tem muito que melhorar, pois ainda existe certa discriminação com diferenças entre cor ou raça. A cor da pele da pessoa não justifica como a pessoa é ou como tem que ser. As desigualdades cada vez mais ganham forças devido ao esquecimento de muitas culturas, entre elas quem foram os negros que utilizaram durante a escravidão para não passar fome e que traz as melhores culinárias do Brasil (GUIMARÃES, 1999).

Segundo Santos (2007) o racismo vem sendo praticado pela população branca desde que os negros africanos pisaram no Brasil forçados para o trabalho escravo, pois eram vistos como animais obrigados a trabalhar constantemente. Muitas pessoas brasileiras já nem escondem que tem racismo, na fisionomia ou no olhar já dá para identificar que existe certo receio com os negros. No Brasil há prática constante de discriminação racial.

De acordo com Santos (2007), devido a tantas ações racistas e de discriminação, surgiu a disponibilização de cotas em 2003, para alunos negros ingressarem em universidades públicas brasileiras, tal fato fez com que repercutisse na imprensa, pois o ponto forte eram os políticos e muitos não estavam de acordo com essas cotas destinadas aos negros.

A grande imprensa escrita brasileira não só convidou intelectuais, políticos e militantes dos movimentos sociais negros a se pronunciarem sobre o assunto, como também posicionou-se sobre a proposta de implementação de cotas para negros que estava contida na “Carta do Rio”¹⁸. O jornal O Globo, no editorial do dia 24 de agosto de 2001, manifestou-se contra uma política que assegurasse o ingresso dos negros nas universidades por meio de cotas, que, segundo o esse jornal, eram uma vantagem artificial. (SANTOS, 2007, p. 19).

A nação negra no Brasil desde a escravidão até os dias atuais vem sofrendo não só com o racismo, nas escolas, no trabalho, nos concursos públicos, dentre outros. A iniciativa que o presidente da república Fernando Henrique Cardoso em apoiar as cotas para negros, ajudou o à população negra que está ingressando nas universidades públicas brasileiras na busca pelos seus objetivos profissionais. A cota, antes de ser aprovada gerou muitas discussões, pois a população branca não

queria aceitar. Os negros teriam uma vantagem artificial sobre os outros concorrentes (NEVES, 2005).

Santos (2007, p. 20) relata que “[...] a inclusão da proposta de adoção de cotas para negros no documento que o Brasil levaria à III Conferência Internacional Contra o Racismo.” Um fato que vem acontecendo que desde a aprovação das cotas, mesmo sabendo de todas as leis ainda é o racismo. Uma das formas de se pensar é que o benefício das cotas é para negros, e isso de algum modo está aumentando o racismo, de forma que esse fato implicaria em injustiça com outras formas de pensamentos.

As propostas para uma política de ação afirmativa que reduza a extrema desigualdade racial em nosso país vêm ao encontro de uma justa aspiração não só de afro-descendentes, mas de todo brasileiro com consciência social e moral. A maior mortalidade infantil e materna, as altas taxas de desemprego, as diferenças salariais injustas, a pobreza e a fome, o tratamento desigual frente à justiça e a polícia, a falta de acesso aos postos de maior responsabilidade no mercado de trabalho são cargas pesadas que os brasileiros descendentes de escravos carregam até hoje. (SANTOS, 2007, p. 22).

Neste contexto, pode-se dizer que existe o racismo moderno que é constituído por crenças e avaliações. O racismo está ficando para trás, antes já existia, mas não tinha como fazer muita coisa. Percebe-se que, vagarosamente, o mundo está mudando de acordo com essa realidade, de forma que os negros podem exigir seus direitos como qualquer outro cidadão. Quando um negro consegue atingir seus objetivos, embasado na lei, serve de inspiração para outros negros pela sua persistência e dedicação. (LIMA; VALA, 2004).

4- RACISMO NO DIA A DIA ESCOLAR.

Nas escolas brasileiras, a maior dificuldade dos alunos negros é encontrar uma maneira de se socializar entre escola e família para melhor aprendizado no currículo escolar do aluno negro, sem que o racismo na escola atrapalhe no seu desempenho como aluno. Um dos fatores, segundo Valente (1995, p. 43) é “[...] o quadro preocupante da educação pré-escolar no que diz respeito ao enfrentamento das relações Inter étnicas no Brasil, por envolver discussões em torno de conceitos

como raça, classe e cultura.” Todas as crianças sendo negras ou não tem o mesmo direito de estudar em escolas públicas e aprender como os outros, sua cor, cabelo ou raça é de sua cultura, todos têm o direito de aprender, isso tem que ser trabalhado como valorização da cultura afro brasileira em todas as escolas. (VALENTE, 1995).

Com direito a educação, sabe-se que ela é um direito social de todos. A escola tem papel fundamental na educação. Considera-se que no Brasil as conquistas da cidadania estão sendo aplicadas diferentes dos outros países, muito se têm discutido sobre esse assunto. Nos últimos anos, mostra que muitos alunos permanecem nas escolas de acordo com a sua cultura e raça. Ao se trabalhar a etnia no contexto escolar, faz com que outros olhares voltem para o cotidiano em sala de aula, principalmente devido às várias situações ocorridas sobre racismo e discriminação no ambiente escolar. Devido ao racismo estar presente na escola é papel dos professores juntamente com a direção da escola tomar medidas para que o ensino não seja prejudicado por fatos constrangedores envolvendo alunos negros (GOMES; CAVALLEIRO, 2001).

Segundo André (2011) o sistema emocional de muitos alunos negros é afetado quando se trata de constrangimentos dentro da sala de aula. A escola em si, tem preconceito, porque muitos deles levam nome de marginais pela sociedade por terem a cor negra, assim à escola tendo consciência ou não, discrimina essa parte da sociedade. Quando o aluno sofre racismo dentro da escola, além de desanimá-lo, pode também marcar a sua trajetória na escola. Neste caso pode acontecer a desistência ou prejudicar o aluno no seu desempenho no processo ensino-aprendizagem. Normalmente esses alunos, quando afastados da escola, seus respectivos lugares são as ruas onde podem e estão sujeitos a serem julgados pela sociedade como marginais. Isso pode ser reafirmado nas palavras de Romão.

Uma menina negra, estudante da primeira série, começa a apresentar repentinamente justificativas para não ir à escola. Queixa-se de dores e barriga, em outro dia, de dor de cabeça. A frequência das queixas deixa os pais preocupados, que buscam investigar os motivos. Quando seguramente afastam qualquer associação com as doenças, procuram pesquisar o que ocorre na escola. Depois de muita insistência, a menina revela que o penteado afro que sua mãe lhe faz tem provocado chacota entre os amigos de sua escola. E por esse motivo ela argumenta não desejar frequentar mais aquele grupo (ROMÃO, 2001, p. 170).

Todo aluno, inclusive o negro, tem capacidade cognitiva de aprendizado basta que seja estimulado, porém o que acontece é os alunos sofrerem com o racismo dentro da escola e nada ser feito. Um dos fatores mais alarmantes e que pode trazer problemas tanto físico como mentais aos alunos negros, é a depressão prejudicial ao aprendizado. Não conseguindo aprender os conteúdos tem dificuldade em ter o convívio social, dentro da escola e em casa, trazem revoltas e agressões físicas, sentem-se inferiores aos outros, sendo que são todos iguais e estão ali para aprender. Cabe ao professor juntamente com a direção tomar providências para que não haja fatos ou consequências prejudiciais aos alunos negros e os demais na escola (VALENTE, 2005).

Segundo André (2011) muitos fatos ocorrem devido à falta de respeito entre alunos e alunas tanto negro quanto brancos no dia a dia escolar. A melanina difere apenas a cor da pele, mas o caráter do aluno é o mesmo. Às vezes um olhar de uma pessoa branca sobre a negra, um tom de voz mais alterado, o jeito de brincadeira de mal gosto, pergunta sem resposta, o jeito como o aluno é tratado, apelidos, por exemplo, neguinho, pretinha, negão, carvãozinho para os professores é um gesto carinhoso, de certa forma está influenciando o preconceito em sala de aula. Ditos populares são usados no diariamente, e são de extrema ignorância do ser humano, como “preto de alma branco”, “amanhã é dia de preto”, de tal forma cada vez mais utilizada pelos pais e colocada em prática na escola pelos filhos.

A escola em si tem o papel de ajudar a combater o racismo. É na escola que os alunos passam a maior parte do tempo e com a ajuda da família, local onde começa a educação dos filhos. A família e escola têm o papel da educação e da discussão sobre temas como o racismo para que não ocorram fatos indesejados em sala de aula. O preconceito racial está explícito nos livros didáticos que não explicam corretamente o fator discriminação, ainda precisa ser mudada a contextualização, por exemplo, as ilustrações e textos preconceituosos que tendem a influenciar o racismo em sala de aula. Com esse tipo de referência nos livros, compreende-se que muitas escolas não estão cumprindo seu papel de promover a igualdade entre os alunos e não estão trabalhando os valores culturais de cada um, sem que haja diferença social entre todos (RODRIGUES, 2003).

A Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/Lei 9.394/96, (BRASIL, 1996) e torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino, foi instituída no governo do então recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que acatou as reivindicações do Movimento Negro que há muitos anos lutava para que o estado reconhecesse o racismo à brasileira e derrubasse a ideia de democracia racial que, por muito tempo, povoou o imaginário social brasileiro. (SILVA, 2012, p.104).

A intenção da lei 10.639 é que todas as escolas nacionais sejam obrigadas a trabalhar o ensino da cultura e africanas em todas as instituições de ensino, por fatores que trazem na contextualização do livro didático, de que possam influenciar o racismo através de livros. O movimento negro teve grande influência sobre essas diretrizes, pois queria que o racismo tivesse conhecimento nacional, para que ganhasse força e assim seja combatido principalmente nas escolas e em sala de aula, que era onde havia mais sinais de racismo, assim também as escolas por terem um meio mais prático e formal de ensino, por se trabalhar, entre outros conteúdos, a história da escravidão (SILVA, 2012).

4.1 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.

Um dos fatores que mais chama a atenção nas escolas é a falta de formação dos professores sobre a cultura afro-brasileira. Quando se trata do passado brasileiro e dos africanos há falta de argumentos sobre fatos anteriormente ao sistema escravista colonial. Havia vários temas e iniciativas de inclusão em certas escolas ou em redes de ensino para que os brasileiros tivessem acesso aos contextos racistas. Existem duas linhas a serem traçadas, uma delas é a formação dos professores para lidarem com o combate ao racismo e a outra são as mudanças e recursos alternativos aos livros didáticos, identificados que todos eles geravam discriminação racial e desigualdades com os demais alunos (SILVA, 2001).

Segundo Valente (2005) crianças da educação infantil precisam de professores que tenham uma qualificação adequada, pois passar para crianças com uma faixa etária tão pequena, que elas não podem ter atitudes de racismo com o colega só porque ele é negro é bastante complicado. O governo brasileiro tende a investir cada vez mais na formação de profissionais para trabalhar no quesito racismo em sala de aula. Sabe-se que um profissional bem capacitado está apto a

trabalhar e expor suas ideias, para melhorias em setores e situações de racismo em sala de aula, de certo modo o professor não ficaria perdido em tal situação.

Um professor despreparado não percebe o que está acontecendo no seu ambiente de trabalho. Traços de racismo em uma simples brincadeira, que é de concepção do professor tomar iniciativa juntamente com a direção da escola. Tal atitude facilita o convívio e o respeito da turma um com o outro. Quando o professor passa uma matéria ou vai explicá-la ele tem que se expressar bem, pois dependendo do ponto de vista dos alunos pode parecer racismo, no que o outro é uma simples explicação. Muitos professores têm buscado a qualificação, pois em situações de racismo em sala de aula não sabem como se comportar. A maioria dos fatos ocorridos em escolas é na hora do recreio, onde estão todos juntos e sempre ocorrem piadinhas de mau gosto. É nessa hora que o professor tem que estar mais atento para corrigir o aluno no momento certo (SILVA, 2001).

Muitas crianças, de fato não aprendem ou tem dificuldade no aprendizado escolar devido à falta de interesse dos professores em estimular os alunos, a compreender as culturas pertencentes de cada um. Sabendo-se que existe negro, índio, e outros mestiços em sala, cabe ao professor explicar que todos são diferentes, não tem nenhum igual ao outro, contudo tem que ter respeito e compreensão pelo próximo independente de qualquer coisa. O papel e a postura do professor devem ser como de um educador que possui conhecimento para aquele tipo de situação, sendo rigoroso ou não. Alguns professores, de forma educativa, procuram trabalhar a cultural racial com o objetivo de melhorar o racismo na escola. Muitos não conseguem por falta de preparação e criatividade para se trabalhar essas diferenças na escola (ROMÃO, 2001).

De 1996 a 2000 o Programa de Educação desenvolveu cerca de 14 cursos em oito estados brasileiros, por meio dos quais definiu a estrutura básica do curso "Relações Raciais e Educação". As atividades aconteceram nas cidades de Belo Horizonte, MG (1996); Curitiba, PR (1997 e 98); Cáceres, MT, Joinville, SC e Brasília, DF (1998); Porto Alegre, RS (1998, 99 e 2000); São Paulo, SP e Belém, PA (2000). As atividades têm sido promovidas em parceria com outras organizações do Movimento Negro, universidades, entidades sindicais e secretarias de educação e cultura do estado e do município. (SILVA, 2001, p. 69).

Segundo Romão (2001) em relação à discriminação racial e o preconceito, que prejudica o educando, mudando o seu comportamento, levando o mesmo a ter ações desordeiras e não cordiais com os colegas, resultando na obtenção da baixa autoestima e sérios problemas relacionados ao convívio em sociedade. Esse estudo nas escolas ou centros educacionais precisa de projetos que auxiliem o professor juntamente com a escola a ajudar a combater o racismo. Ainda há um longo caminho para melhorar esse problema que afeta tantas escolas, e esse caminho é o aprimoramento dos professores. É importante que as escolas e os professores aprendam a trabalhar o racismo, isso facilitará o aprendizado dos alunos, além de trabalhar a cultura afro-brasileira.

Dessa maneira, os profissionais da educação, ao refletir sobre as relações sociais no cotidiano escolar, entende-se a importância do professor na constituição das relações saudáveis nesse ambiente. No processo de socialização desenvolvida pela escola, onde favorece qualquer que seja seu pertencimento racial, desenvolve os aspectos fundamentais da autoestima e autoconfiança. A ausência de um educador para se trabalhar a discussão antirracista no planejamento escolar impede a promoção de boas relações entre alunos. Tal ausência pode levar à ocorrência de oportunidades para que os alunos negros e brancos sintam aceitos, respeitados e positivamente participantes das atividades desenvolvidas na escola (VALENTE, 2005).

Para que haja uma concordância entre aluno e professor, basta que o professor conheça seus alunos e os influencie, pois o negro carrega em si um sistema de inferioridade aos outros por falta de motivação e de explicação. Dessa forma há vários modos para incentivá-lo, tais como lazer, educação motivadora e trabalhos recreativos, basta o professor juntamente com a escola expor suas ideias para que haja maior harmonia no ambiente escolar. Assim sendo, espera-se que o educador a despeito das relações de poder, busque compreender as diferenças para o indivíduo e para o todo. Muitos professores têm dificuldade em propor o diálogo, e conversar com o aluno, talvez com essas incidências, os alunos ficam com receio de solicitar ajuda do professor (ROMÃO, 2001).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diversas são as situações nas quais os alunos apresentam graves problemas na aprendizagem, quando submetidos a alguma forma de preconceito e discriminação. Uma vez inseridos na escola, são vítimas de atos preconceituosos e racistas, percebe-se o quanto essa prática acaba interferindo no processo ensino aprendizagem.

Com a perspectiva de resolução do preconceito, a melhor opção são discussões sobre o racismo na escola. Desta forma, com a participação de todos haverá respeito ao próximo.

O conteúdo apresentado foi construído pela visão no ambiente escolar onde muitos alunos sofrem com o racismo, implicando cada vez mais no aprendizado e no desenvolvimento escolar do aluno.

A escola tem por sua vez que combater o racismo, trabalhando os conteúdos para melhorar o aprendizado e a boa convivência dos alunos, independente das diferenças raciais ou sociais.

REFERÊNCIAS.

ANDRÉ, Bianka Pires. Racismo e des-afetividade no cotidiano escolar. **Revista Agenda Social, Campos dos Goytacazes**, v. 5, n. 3, 2011. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 25 mai. 2016.

ANDRÉ, Bianka Pires. Racismo e des-afetividade no cotidiano escolar. **Revista Agenda Social, Campos dos Goytacazes**, v. 5, n. 3, 2011. <[Htpps://scholar.google.com.br](https://scholar.google.com.br)> Acesso em 05 mai. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 05 mai. 2016.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Doi: 10.5007/2175-7984.2011 v10n18p133. **Política e Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 05 mai. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. IN: CAVALLEIRO, E. Racismo e antirracismo na educação. São Paulo; Selo Negro, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 103-117, 1999. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 04 mai. 2016.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 04 mai. 2016.

LISBOA, Alessandra Ramos Martignoli; GODOY, Sandro Marcos. O trabalho escravo no brasil. **ética-encontro de iniciação científica-issn 21-76-8498**, v. 6, n. 6, 2010. <[Http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2457/1981](http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2457/1981)> Acesso em 05 mai. 2016.

MACHADO, Sidnei. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Brasil: alguns paradoxos históricos do direito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado do Paraná**, v. 151, 2003. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 04 mai. 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos-CEBRAP**, n. 74, p. 107-123, 2006.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 36, 2009.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 81-96, 2005. <[Http://www.redalyc.org/pdf/107/10705906.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/107/10705906.pdf)> Acesso em 04 de mai. 2016.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. file:///C:/Users/Cliente-00672/Downloads/nunes_do%20(2).pdf> Acesso em 04 de mai.2016.

RODRIGUES, Dayse Berenguer. **PRECONCEITO RACIAL: uma violência que influencia a democracia na escola**. **Universidade da Amazônia-UNAMA**, Belém-PA, 2008. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 22 de mai. 2016.

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. IN; CAVALLEIRO. E. **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo; **Selo Negro**, 2001.

SALES JR, Ronaldo Laurentino de. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social Revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006. <[Http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a12v18n2](http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a12v18n2)> Acesso em 04 de mai. 2016.

SANSONE, Lívio. Racismo sem etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. **Dados**, v. 41, n. 4, p. 751-783, 1998. <[Http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/1659.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/1659.pdf)> Acesso em 05 de mai. 2016.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula. **Revista Brasileira de Educação**, v. 4, p. 5-26, 1997. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> 05 mai. 2016.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/ as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. IN; CAVALLEIRO. E. Racismo e antirracismo na educação. São Paulo; **Selo Negro**, 2001.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. LEI 10.639/03: Por uma Educação antirracismo no Brasil. **Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 16, 2013. Disponível em <<http://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1010>> Acesso em 04 mai. 2016.

SOUZA, Maria Elena Viana. Culturas, realidades e preconceito racial no cotidiano escolar. **Maria Elena Viana Souza. --Campinas, SP:[sn]**, 2003. <[Https://scholar.google.com.br/scholar?q=CULTURAS%2C+REALIDA](https://scholar.google.com.br/scholar?q=CULTURAS%2C+REALIDA)> Acesso em 04 de mai. 2016.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. 2008. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br>> Acesso em 04 mai. 2016.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 93, p. 40-50, 2013. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 22 mai. 2016.

VALENTE, Ana Lúcia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 62-76, 2005, Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 22 mai. 2016.

WATTHIER, Luciane. A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação da identidade dos alunos. **Revista Urutágua**, v. 16, n. 16, p. 47-54, 2008. Disponível em <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em 05 mai. 2016.